

Fontes abertas: Inteligência e o uso de imagens

Jó Klanovicz

Abin

As últimas décadas do século XX foram marcadas pelo avanço da democratização do acesso a informações em todas as áreas de conhecimento. (HOBSBAWM, 1998, p. 56). Como consequência, a oferta de “fontes abertas” de informações tornou a circulação de dados praticamente irrestrita, e reduziu, do ponto de vista quantitativo, os procedimentos de obtenção de dados de acesso controlado.

A era da informação, por meio da multiplicação de fontes abertas, tem influenciado o papel, os atributos e as estratégias da área de Inteligência, uma vez que o fluxo contínuo de dados torna-se território para a elaboração de novos estudos, formas e paradigmas de produção de conhecimento. Em virtude do deslocamento paradigmático é que, de acordo com Ugarte (2004, p. 94), a democratização do acesso à informação passou a ser incrementada e problematizada.

Trabalhar com fontes abertas no campo da Inteligência implica, portanto, considerar o acesso a dados em relação a aspectos doutrinários e jurídicos que ora favorecem sua aquisição e ora a cerceiam.

Como Inteligência corresponde a uma informação categorizada e específica que atende demandas de um certo cliente e que exige acuidade de análise, precisão de conteúdo, apresentação clara e objetiva do tema tratado, além de eficiência e rapidez na elaboração, as fontes abertas apresentam-se como instrumentos vantajosos para a obtenção de dados, ética e legalmente disponíveis e de baixo custo.

No amplo rol de fontes abertas, o processo de obtenção de dados incide, *grosso modo*, sobre ambientes (entidades e instituições, espaços públicos e privados, além de visitas *in loco*), pessoas (público em geral, aposentados, desempregados, informantes) e, tomando-se de empréstimo o jargão dos estudos historiográficos, fontes primárias e secundárias (bancos de dados, bibliotecas, mídia em geral, anais de seminários e congressos, conferências, notas de aulas e palestras, mapas e gráficos, serviços de referência, coleções iconográficas, hipertextos, fontes digitais e magnéticas).

Na era da informação, um dos principais espaços em que o profissional de Inteligência busca fontes abertas é a Internet. Trabalhar com fontes no “mundo digital” constitui tarefa relativamente fácil, no que diz respeito à coleta de dados, porém com a probabilidade de surgirem problemas no processamento das informações obtidas, especialmente no tocante a métodos de análise.

Qualquer fonte de informação está presa a uma temporalidade particular, além de estar inserida em dinâmicas sociais específicas e realidades sócio-culturais peculiares. Portanto, as fontes utilizadas pela Inteligência são historicamente contingentes e, nesse sentido, o concurso da História como campo específico de conhecimento pode auxiliar a Inteligência no processo de análise de dados.

Uma análise de dados que aproxime Inteligência e História com enfoque interdisciplinar poderia estabelecer perguntas de melhor qualidade aos dados, fornecendo também frações significativas mais vantajosas para a elaboração de um conhecimento específico de Inteligência, conforme o caso e a demanda exigisse.

Se as fontes abertas representam “destino irreversível” no emaranhado de documentos e de dados necessários ao conhecimento de Inteligência e se acreditamos que a História constitui campo de conhecimento necessário ao trato com tais fontes, de que forma os estudos históricos podem contribuir para o trabalho com esses

tipos de fonte? Quais as fontes abertas mais interessantes do ponto de vista do historiador que trabalha na Inteligência?

A primeira questão nos remete à contribuição da História em si como campo específico de conhecimento para a área de Inteligência e aos métodos que ela pode disponibilizar para aquela área.

Talvez seja melhor dizer o que a História não é do que arriscar uma conceituação generalizante. Contudo, não é errôneo considerar a História, de maneira genérica, como o campo do conhecimento que estuda “fatos, relações entre as sociedades e seus entornos, situações e comportamentos dos homens no tempo”, de acordo com a definição de Bloch (2004, p. 348). Isso implica considerar que a principal contribuição da área é a possibilidade de dar aos fatos sociais uma dimensão temporal, considerá-los contingentes, datados, produzidos sob determinadas condições, por atores sociais específicos, em regiões particulares, dispondo de projetos individuais ou coletivos e presos a estruturas sócio-culturais complexas e incapazes de serem descritas de forma totalizante e generalizante.

Como conhecimento crítico, a História oferece métodos de pesquisa com fontes, que vão da heurística interna e externa à serialização e decomposição dos acontecimentos, à utilização de métodos estatísticos para estabelecer relações entre diferentes eventos no tempo, à ligação de situações e eventos com estruturas mentais, culturais, psicológicas ou ainda à ligação de fatos sociais com o ambiente. Escrever uma História Ambiental, por exemplo, significa escolher um ângulo estratégico de conhecimento da realidade social, dos eventos, das situações, das pessoas em determinado tempo e espaço. Da mesma forma, escrever uma História Econômica significa escolher o ângulo estratégico de inferência tendo por base relações de troca.

Os ângulos variam de acordo com as fontes escolhidas para o trabalho de produção de conhecimento. As fontes, irrestritas ou de acesso controlado, representam, em última instância, o limite da metodização da verdade, ou seja, o limite intransponível de constituição do evento ou da situação social.

No rol praticamente inesgotável de fontes abertas, o analista deve optar por um ângulo específico de inferência sobre a realidade. Levando sempre em consideração demandas preliminares, o próximo passo é encontrar a abordagem necessária à formulação de uma resposta a uma questão-problema.

Este artigo pretende, na forma de hipótese, simular algumas questões metodológicas que poderiam surgir caso o analista de Inteligência se utilizasse da História como ciência auxiliar ao processo de produção de conhecimento em sua área, com uma fonte aberta peculiar: a imagem.

Optamos trabalhar hipoteticamente com a metodologia da História Visual. Por outro lado, consideraremos *imagem* como o documento de natureza imagética, ou seja, que visa a transmitir informações por meio de linguagem não-escrita, na forma de fotografia (de pessoas, situações, ambientes, comportamentos), fotografias em movimento (cinema), ou ainda de imagens não-fotográficas ou pára-fotográficas (tatuagens, caricaturas, charges, história em quadrinhos, pinturas, desenhos, paisagens ou *grafitti*).

A História Visual compreende um conjunto de métodos e técnicas que considera a imagem como uma fonte primária ou secundária dotada de sentidos e discursos próprios, tal qual um texto convencional e, nem por isso, de menor importância. (BURKE, 2004, p. 125).

Na era da informação, a imagem tem uma “superioridade relativa” sobre o texto escrito, especialmente porque, dentro da cultura visual, tende a ser reproduzida e consumida com maior rapidez e eficiência logística, atendendo melhor à difusão de discursos e criação de sentidos. (BERGER, 1987, p. 27).

O mundo pós-11 de setembro tem provado a premissa de que “uma imagem vale mais do que mil palavras” na medida em que conflitos bélicos, mensagens terroristas, projetos e aspirações políticas ou símbolos de estado tornam-se cada vez mais publicizados por meio de espetáculos televisionados, fotografados, caricaturizados, desenhados ou transformados em obras de apelo visual.

A imagem aberta em suas múltiplas formas pode servir às estruturas de Inteligência, que necessitam, para melhor interpretá-la, produzir, incorporar ou adquirir fundamentos teórico-metodológicos de diversas áreas do conhecimento para o trato da gama irrestrita de dados visuais.

O amplo acesso a imagens em fontes abertas gera questionamentos tais como aqueles voltados à análise da imagem em relação ao contexto de produção; às relações diversas que podem ser estabelecidas entre o texto imagético e as intenções de quem o produz ou difunde; aos elementos que atestam as “intenções de verdade” do texto visual ou ainda à produção, de forma eficiente, de informações, desinformações e conhecimentos de Inteligência diversos oriundos de documentos visuais.

A Semiótica participa do consórcio Inteligência-História para o trabalho com a imagem. Santaella e Nöth (1999, p. 75) enfatizam a importância da Semiótica no trato de fontes visuais, para que se possa dissecar os elementos internos que compõem enredos e tramas de construção da imagem. Porém, o grande problema da Semiótica, se pensarmos na aplicabilidade à área de Inteligência, reside no poder de especificidade do objeto imagem, que dicotomiza a relação com o observador, por meio da fórmula objeto ativo/observador passivo. Em outros termos, a imagem analisada de forma isolada pela Semiótica torna-se bem detalhada em seus aspectos intrínsecos, mas carente de crítica do contexto de produção ou das relações de poder componentes do tecido social que a produziu.

Nesse sentido, acreditamos que a utilização da História Visual como instrumento teórico-metodológico para a análise de imagens oriundas de fontes abertas na estrutura de Inteligência pode trazer vantagens à pesquisa, por se tratar de uma ciência que transpõe os limites impostos à Semiótica por interpretar o conceito de imagem, não somente como fenômeno em si, mas como produto de uma cultura visual ampla, de importância estratégica para o entendimento de situações, fatos, pessoas, comportamentos, atitudes e ambientes.

Apesar de vivermos em uma era “imagética”, a construção de conhecimento ainda está arraigada ao texto convencional escrito, que posiciona, tradicionalmente, a imagem em segundo plano, na função de ilustração ou de síntese. (SAMUEL, 1998, p. 12). Inúmeros teóricos têm problematizado essa atitude, mas, em sua maioria, têm falhado no que diz respeito à consolidação de uma teoria da utilização da imagem como uma fonte de sentido em si, de si e para si.

Na Inteligência, o trato com imagens pode e deve superar as desvantagens da imagem-ilustração-secundária em relação ao texto-conhecimento-primário. Claro que existem impedimentos a isso que decorrem da própria vida social. Contudo, se aproveitássemos as especificidades da imagem, poderíamos diversificar as questões e ampliar o leque de interpretações de situações, de fatos, de pessoas.

Quais são as razões que sustentam a submissão da imagem ao texto?

A imagem possui caráter secundário ao texto no Ocidente desde a Antigüidade Clássica. A partir da filosofia platônica, a imagem vem sendo interpretada pelo valor afetivo, envolvida por relações de subjetividade com o leitor e possuindo uma autoridade

intrínseca. Dessa forma, ela tem adquirido funções pedagógicas, propedêuticas, moralistas, edificantes ou ideológicas.

Os descobrimentos fizeram com que a imagem passasse a ter novos usos, principalmente por meio da cartografia e da anatomia dos seres do Novo Mundo. No entanto, seu valor ainda continuou a ser ideológico e afetivo. Somente no século XVIII, com o surgimento da História da Arte, é que aparecerá o primeiro campo do conhecimento voltado à imagem, excetuando-se a Semiótica. (MENEZES, 2003, p. 15).

Interessa aqui perceber que a História da Arte não superou as funções já citadas da imagem, mas serviu para alavancar análises que buscariam entender as significações antropológicas, geográficas e históricas para padrões de imagens e proceder marcação e classificação documentais. Assim, metodizou-se a decodificação dos sentidos originais da imagem (Iconografia), culminando com sua inserção numa “visão de mundo” de que ela seria sintoma (Iconologia). (MENEZES, 2003, p. 15).

A História da Arte estava, portanto, receptiva à problemática não só da produção, circulação (vários tipos de mediações, entre elas a comercialização e a difusão) e representação de seus objetos, como também de sua apropriação e consumo. Aprendemos com a História da Arte a observar o visível (as cerimônias, hábitos, práticas, artefatos, contextos empíricos) e deles inferir o não-visível. Tornou-se possível compreender os mecanismos de produção do sentido da imagem.

Aplicar instrumentos da História da Arte para a interpretação e utilização da imagem dentro de documentos de Inteligência pode ser útil na medida em que, por meio dela, existem métodos para perceber variações de sentido e de forma das fontes visuais, a saber:

- ï o documento visual como registro produzido pelo observador;
- ï o documento visual como registro ou parte do fenômeno, da situação ou do dado observado; e
- ï a interação não-dicotômica entre o observador e o observado.

Dessa forma, muitas vezes, o atributo da imagem é mais importante do que saber quem a produziu. Também é necessário dar atenção à construção da imagem, às condições sociais de sua produção e de seu consumo.

História, Imagem e Inteligência

A contribuição da História Visual tem sido consolidar a idéia de imagem como fonte passível de crítica do pensamento histórico. Com isso, ela tem desenvolvido ou assimilado técnicas quantitativas e qualitativas de análise que incidem sobre os diversos produtos da cultura visual.

Por outro lado, o trabalho de Inteligência exige que as análises sobre dados levem em consideração a gama mais ampla possível de fontes de informação, sejam elas convencionais (na forma de texto escrito) ou não-convencionais (entre as quais insere-se a imagem em sentido lato). Dessa forma, quais as vantagens dos métodos históricos para a pesquisa na área de Inteligência?

Como exemplo das possibilidades que a História Visual trouxe à tona na pesquisa e na produção do conhecimento, tomamos de empréstimo a fotografia como produto material.

É comum o uso da fotografia como simples ilustração de outros textos. Porém, dentro da História Visual, a fotografia é con-

siderada texto que deve ser submetido ao questionamento sobre os recortes ideológicos que a compõem, mentalidades, tecnologia, comercialização, difusão, variáveis políticas, instituição do observador, padronização das aparências e modelos de apreensão visual, quadros do cotidiano ou ainda marginalização social.

Frente às técnicas de arquivamento e de armazenagem documental, a fotografia é o fenômeno que mais provocou investimento em documentação, com a organização de bancos de dados, a maioria já informatizados (grandes coleções institucionais de iconografia urbana, álbuns de família, documentação de categorias sociais, eventos ou situações, tais como guerras, conflitos, migrações, fome, pobreza).

Na organização das “memórias” pessoais ou institucionais, públicas ou privadas, a fotografia possui preeminência sobre outras fontes, pela praticidade e pelo apelo que apresenta. O fotojornalismo tem sido um grande fornecedor de matéria-prima para tais bancos, mas também tem construído modelos de visão, interpretação e difusão de situações, de eventos e de processos sócio-culturais e econômicos.

Partindo desse ponto de vista, o que é preciso considerar ao trabalharmos imagens como dados para a geração de conhecimento de Inteligência?

A História Visual é um campo operacional que elege a visualidade como ângulo estratégico de observação da sociedade. Não se estudam fontes para melhor conhecê-las, identificá-las, analisá-las, interpretá-las e compreendê-las, mas elas são identificadas, analisadas, interpretadas e compreendidas para que, daí, se consiga um entendimento maior da sociedade, em sua transformação.

A estrutura de Inteligência pode se aproveitar dessa abordagem da sociedade, dos feitos, dos acontecimentos, das situa-

ções, na medida em que utiliza documentos de natureza visual, porque as representações visuais (fotografia, artes plásticas, cinema, vídeo e TV, imagem cibernética, caricatura, história em quadrinhos, publicidade, pichações, imaginária popular, tatuagens, cartografia ou imagens científicas) são indicadores de tramas sociais, de relações de poder, de aspirações, de planos em torno dessas referências.

Dentro dessa abordagem, seria possível perceber relações de poder, aspirações, mensagens, tramas sociais em diversas formas de fontes abertas, compradas, inclusive, em bancas, tais como histórias em quadrinhos ou então presentes em murais e paredes com contornos de *grafitti*. Uma possibilidade e uma probabilidade de transmissão de informações sigilosas que, por meio de análise interdisciplinar envolvendo Inteligência e História, seria passível de criticidade.

Utilizar a imagem como fração significativa de um conhecimento de Inteligência gera a necessidade de se definir a unidade, a plataforma de articulação, o eixo de desenvolvimento analítico dentro da “problemática histórica” proposta pela pesquisa e não na tipologia documental de que ela se alimenta.

As fontes visuais não são objetos de investigação em si, mas meios para interpretar aspectos relevantes na organização, transmissão de mensagens, de dados, de informações, além de possibilitar o reconhecimento de ambientes e de situações que evidenciem oportunidades ou ameaças a interesses.

Não se trata de considerar a imagem como objeto em si, mas as organizações, os ambientes, os comportamentos, os processos que elas retratam. Utilizar a História Visual como recurso para a produção de conhecimento em Inteligência significa descobrir e reavaliar fundos documentais ou coleções bem definidas. A pesquisa deve estabelecer uma relação dialética entre os documentos visuais e o problema constituído para análise.

Faz-se necessário elaborar caminhos teórico-metodológicos objetivos para a delimitação e uso de imagens. O primeiro deles é percorrer o ciclo completo da produção, circulação e consumo da fonte visual a ser utilizada.

A existência de uma imagem mobiliza certos atributos e valores no tempo, no espaço, nos lugares, nas situações e nos agentes que a produzem. Não se deve somente encontrar seu significado essencial. A imagem é um texto, um enunciado.

Cabe à História Visual, em sua interação com a produção de conhecimento em Inteligência, ao utilizar fontes visuais abertas, a constituição de um corpo mínimo de informações controladas que permitam estudar as imagens como objetos materiais.

A imagem presta-se a diversos usos, entre os quais o de “fontes”, capazes de fornecer informações a uma questão do observador. Não é salutar entender a imagem somente por esse prisma. O emprego das imagens como fonte de informação é apenas um dentre vários usos.

O entendimento de que a imagem transcende a estrutura de documento-fonte favorece a possibilidade de compreendê-la na forma de reciclagem, aceitação de vários papéis, produção de diferentes efeitos para a mesma imagem.

Como forma de objetivação da imagem, a História Visual oferece três focos de investimento de atenções, os quais podem ser plenamente aproveitados para a produção de conhecimento de Inteligência, a saber:

- a) o visual, que engloba a “iconosfera” e os sistemas de comunicação visual, os ambientes visuais, a produção/circulação/consumo/ação dos recursos e produtos visuais, as instituições visuais;

- b) o visível, que diz respeito à esfera do poder, aos sistemas de controle, à “ditadura do olho”, ao ver/ser visto e ao dar-se/não–se-dar a ver, aos objetos de observação e às prescrições sociais e culturais de ostentação e invisibilidade e
- c) a visão, os instrumentos e técnicas de observação, os papéis do observador, os modelos e modalidades do “olhar”.

O que se propõe aqui é o tratamento de imagens com base em métodos históricos que possam auxiliar a confecção de melhores e mais completos questionamentos sobre dados obtidos em fontes abertas por parte da estrutura de Inteligência.

Acredita-se que seja necessário buscar sempre o melhor atendimento dos propósitos e das responsabilidades no tratamento, na verificação dos dados, buscando-se ampliar o horizonte de ação e considerando-o como fruto de forças transformadoras da vida social. As imagens captam uma faixa significativa de fenômenos que as estruturas de inteligência não podem deixar de observar de perto.

Mesmo que a consideração da imagem como artefato esteja longe de caracterizar o tratamento-padrão do fotojornalismo, a necessidade de tratar quaisquer imagens como objetos de discurso em si e não somente como conteúdos secundários é uma necessidade. Esses documentos visuais remetem a questões de comportamento, o que pode favorecer a crítica sobre as condições de produção, de controle ideológico, os aspectos performáticos das formações discursivas e, principalmente, o que a imagem “pretende provocar” em quem a vê.

Referências bibliográficas

BERGER, John. **Modos de ver**. Lisboa: Ed. 70, 1987.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru: EdUSC, 2004.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EdUSC, 2004

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**: ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MENEZES, Ulpiano. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 4-40, jul. 2003.

SAMUEL, Raphael. **Theatres of memory**. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1998.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Imagem**: cognição e semiótica. São Paulo: Iluminuras, 1999.

UGARTE, José Manuel. Professionalism issues in intelligence. In: SWENSON, Russel G.; LEMOZY, Susana C. (Ed.). **Intelligence professionalism in the Americas**. Washington, DC.: CSIR, 2004. p. 89-108.